



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**LUANA DE SOUZA LIMA NERI**

**CAMINHOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR EM**  
**TEMPOS DE PANDEMIA**

**GUARABIRA/PB**  
**2022**

**LUANA DE SOUZA LIMA NERI**

**CAMINHOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR EM  
TEMPOS DE PANDEMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, como requisito parcial para conclusão do curso, orientado pela Prof<sup>ª</sup> Ma. Débora Regina Fernandes Benício.

**GUARABIRA/PB  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N445c Neri, Luana de Souza Lima.  
Caminhos, desafios e perspectivas para a inclusão escolar em tempos de pandemia [manuscrito] / Luana de Souza Lima Neri. - 2022.  
49 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Educação Inclusiva. 2. Ensino Regular. 3. Desafios. 4. Pandemia da Covid - . I. Título

21. ed. CDD 371.9

LUANA DE SOUZA LIMA NERI

CAMINHOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR EM  
TEMPOS DE PANDEMIA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC: Monografia) em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Especial e Inclusiva.

Aprovada em: 18/03/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

*Débora Regina Fernandes Benício*

---

Prof. Débora Regina Fernandes Benício (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Francineide Batista de Sousa Pedrosa*

---

Profa Ma. Francineide Batista de Sousa Pedrosa (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Verônica Pessoa da Silva*

---

Profa Dra. Verônica Pessoa da Silva (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por ter me dado saúde e forças para superar as dificuldades durante minha graduação, principalmente neste contexto atual do novo coronavírus. Por ser, também, ao longo de minha vida, meu porto seguro de paz e minha maior fortaleza.

Aos meus pais Maria de Lourdes e José Soares que estiveram a todo o momento ao meu lado, segurando a minha mão e me incentivando a não desistir. Graças a eles cheguei até aqui.

A todos os meus familiares irmãos, avó, a minha estrelinha linda do meu avô, que mesmo ao lado do Senhor sei que esta na torcida por mim, aos meus tios (as), cunhados (as) e minha querida sogra, que muito contribuíram nesta caminhada.

Ao meu companheiro Marcelo de Durval, luz em minha vida, seu apoio foi extremamente especial nesta caminhada, sempre muito compreensivo.

A minha querida orientadora Débora Regina, por sua dedicação, disponibilidade e paciência para comigo, e principalmente por seu excelente trabalho de orientação, sem o qual este estudo não teria sido possível.

Enfim, a todos os meus professores, pelos ensinamentos e conhecimentos que me foram transferidos ao longo do curso. A todos os meus parentes, colegas e amigos em especial a minha amiga Ellen, que muito me ajudou com suas palavras de incentivos, meu agradecimento a todos que direta e indiretamente estiveram comigo, meu sincero obrigada!

Deus os abençoe!

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática, todos os alunos, sem exceção, devem freqüentar as salas de aulas do ensino regular. (MANTOAN, 2003, p. 16).

## RESUMO

A educação Inclusiva é um tema constantemente debatido devido ao desafio que representa. Durante décadas, pessoas com necessidades especiais eram excluídas e indicadas como alvos inapropriados para a socialização com a sociedade. Apesar disso, marcos históricos foram estabelecidos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, resultando na publicação de importantes documentos em prol do tema. Com base nesta perspectiva, a presente pesquisa objetivou identificar os caminhos e desafios percorridos na construção de uma educação inclusiva, no espaço escolar no ensino regular, e como está sendo lidar com a educação do público-alvo da Educação Especial no contexto em que estamos inseridos, o novo Covid-19. É, por tanto, um estudo de natureza qualitativa, aprimorado em uma pesquisa de campo, realizada em uma escola pública da rede de ensino municipal da cidade de Alagoinha – PB. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário obtido através do Google Forms a 4 professoras. Destacam-se para a realização desse estudo a leitura de obras de autores como: Mantoan (2003), Mendes (2010), Mazzotta (2011), utilizando alguns documentos: Estatuto da Pessoa Com Deficiência (2015), Plano Nacional de Educação de 2011 – 2010, Lei Brasileira de Inclusão (2015) com a Declaração de Salamanca (1994). Os resultados apontam para a constatação de que a educação inclusiva ainda é um desafio atualmente e, para atender as demandas com eficiência e qualidade, exige novas dimensões da escola no que se refere à aceitação e, acima de tudo, na valorização das diferenças.

**Palavras-Chaves:** Educação Inclusiva. Ensino Regular. Desafios. Pandemia da Covid-19.

## **ABSTRACT**

Inclusive education is a constantly debated topic due to the challenge it represents. For decades people with special needs were excluded as inappropriate targets for socialization with society, historical landmarks were established in defense of the rights of people with disabilities, resulting in the publication of important documents in favor of the theme. Based on this perspective, the present research aimed to identify the paths and challenges to build an inclusive education, in the school space within regular education, and how to deal with the education of the target audience of Special Education in the context in which we are inserted, the new Covid-19. It is a qualitative study, improved in a field research, carried out in a public school of the municipal education network in the city of Alagoinha - PB. For data collection, a questionnaire was applied by Google Forms to 4 teachers. For the realization of the works, authors such as: Mantoan (2003), Mendes (2010), Mazzotta (2011), using some documents: Statute of the Person with Disabilities (2015), National Education Plan 2011 - 2010, Brazilian Law of Inclusion (2015) with the Salamanca Declaration (1994). Therefore, inclusive education is still a challenge today and, in order to meet the demands with efficiency and quality, it requires new dimensions of the school with regard to acceptance, above all, in valuing differences.

**Keywords:** Inclusive education. Regular education. Challenges. Covid-19 pandemic.

## **LISTRA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> – Formação profissional e nível de atuação dos entrevistados.....	31
<b>Quadro 2</b> – Desafios enfrentados por professores do ensino regular.....	32
<b>Quadro 3</b> – Dificuldades que o aluno de inclusão encontra durante sua formação no ensino regular.....	34
<b>Quadro 4</b> – As atividades e rotina na sala de aula.....	35
<b>Quadro 5</b> – Importância de projetos para a escola voltada para a educação inclusiva.....	36
<b>Quadro 6</b> – Importância de projetos voltados à formação continuada do docente.....	37
<b>Quadro 7</b> – Práticas educacionais diante da pandemia de Covid – 19.....	38
<b>Quadro 8</b> – Como seria uma escola inclusiva, como torná-la um ambiente inclusivo.....	40

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO .....	16
2.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	16
2.2	LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	19
2.3	INCLUSÃO ESCOLAR E ENSINO REGULAR .....	23
2.4	EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO PANDEMICO .....	27
3	METODOLOGIA .....	29
	RESULTADOS E DISCURSÕES .....	30
4.1	Desafios enfrentados por professores do ensino regular.....	<u>31</u>
4.2	Dificuldades que o aluno de inclusão encontra durante sua formação no ensino regular. ....	<u>32</u>
4.3	As atividades e rotina na sala de aula .....	<u>33</u>
4.4	Importância de projetos para a escola voltada para a educação inclusiva .....	<u>34</u>
4.5	Importância de projetos voltados a formação continuada do docente .....	<u>35</u>
4.6	Práticas educacionais diante da Pandemia da Covid – 19 .....	<u>37</u>
4.7	Como seria uma escola inclusiva, como torná-la um ambiente inclusivo .....	<u>38</u>
5	CONCLUSÃO .....	<u>41</u>
	REFERÊNCIAS .....	<u>43</u>
	APÊNDICES .....	46
	APÊNDICE A - CARTA DE AUTORIZAÇÃO .....	47
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	48
	APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA .....	49

## 1 INTRODUÇÃO

A participação do cidadão começa no espaço escolar. É lá que ele se prepara para a vida em sociedade, onde se adquire conhecimentos e se desenvolve habilidades que na fase adulta irão contribuir para o seu ingresso no mercado de trabalho. Sabe-se que a temática inclusão, já não é mais novidade na sociedade em que vivemos. Mas, a escola ainda apresenta dificuldades para trabalhar com crianças com deficiência. Nesse cenário é que emergem as novas discussões sobre a necessidade de democratização da educação como forma de garantia da igualdade de direitos prescrita na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Este trabalho tem por finalidade refletir sobre os caminhos, os desafios e as perspectivas para a inclusão escolar em tempos de pandemia. A escolha do tema surgiu pela observação do impasse que a escola comum e os professores apresentavam no cotidiano em sala de aula, diante do trabalho com a inclusão de estudantes com deficiência.

Ao analisarmos essas dificuldades, compreendemos a grande necessidade de revisar os caminhos, aspectos e práticas desenvolvidas pelos (as) professores (as) no espaço escolar, trazendo para ele um aproveitamento melhor para todos os estudantes. Contudo, ainda há muito que se fazer nessa área, pois, sendo a educação um direito de todos no Brasil, os estudantes com deficiência ainda são, de certa forma, extremamente discriminados no que se refere aos processos de inclusão.

De acordo com Mantoan, 2003, p.18, “[...] a escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da sociedade”. De acordo com a visão da autora, para incluir é necessário romper com essa evasão e preconceitos criados pelas sociedades, para trabalhar com um objetivo de ter uma sociedade justa, na qual os professores não tenham medo do novo, com isso, é necessário avaliar a realidade, as controvertidas posições sobre o termo e as práticas pedagógicas que são capazes de exercer o real sentido da exclusão. Sendo assim, partimos do princípio de que somos todos diferentes com direitos regidos por lei para cada cidadão.

Não podemos falar da educação inclusiva, sem mencionar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais na escola regular, visto que a educação inclusiva ampara a

ideia de inclusão destes alunos na rede regular de ensino. Por essa razão, é grande a importância de falar da inclusão das crianças com necessidades educativas no ensino regular.

Portanto, este trabalho trará as reflexões sobre os desafios encontrados na classe regular, analisando os caminhos e perspectivas que os professores buscam para atender as necessidades educacionais especiais dos seus estudantes com deficiências, e sobre como a adaptação entre o professor, aluno e família se dá no espaço no qual a criança inclusa está inserida, dando a devida importância na contribuição na vida escolar dela.

A partir do tema definido acima, indicamos como problema as seguintes questões: Como lidar com os desafios encontrados na inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino? E quais os caminhos a serem trilhados para que a inclusão aconteça? Como ocorre o processo de implantação das práticas pedagógicas diante da inclusão na Escola durante a pandemia?

Compreendemos que não basta à inclusão estar garantida na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino, por conta de todas as limitações que se fazem presentes no meio escolar e na função do educador. Por essa razão, este trabalho busca analisar a importância da inclusão escolar do aluno com deficiência, e os principais conceitos relacionados à pessoa com deficiência, no que diz respeito às legislações, aspectos históricos, desafios e caminhos que os professores enfrentam, com o intuito de ampliar as discussões sobre essa temática.

É evidente a grande dificuldade de efetuar inclusão escolar nas séries iniciais na escola pública, sendo de suma importância refletir sobre o desafio da educação em sala de aula com alunos inclusos e comuns, bem como as dificuldades encontradas pelos professores frente a essa problemática, ministrar aulas na perspectiva da educação inclusiva. Além disso, sabemos que a educação inclusiva é um dos novos desafios impostos à gestão escolar, em face das novas demandas que a escola enfrenta, diante de uma sociedade que se democratiza e se transforma.

Por se tratar de um espaço em que o aluno com deficiência está inserido diariamente, com forte convivência entre a equipe escolar e demais alunos sem deficiência, o estudo desse trabalho constitui-se para analisar a importância da inclusão escolar do aluno com deficiência e o processo de aprendizagem, diante da contribuição para seu desenvolvimento. Sendo assim, a análise desse trabalho é importante para a sociedade, pois pauta-se na compreensão do significado do termo inclusão, em que o educar para a inclusão é afirmar que todos têm o direito de estudar numa

escola regular com outros educandos, favorecendo a apresentação dos conhecimentos acerca da temática.

Apesar de todo desafio e toda e qualquer dificuldade, nada deve impedir que a inclusão aconteça. Os desafios são, agora, conjugar apoio, somar suporte e respeito, capacidade de decisão e ao exercício de direitos e da cidadania. Acreditamos que incluir é mostrar à sociedade o natural da vida, sem esconder, sem medo, sem segregar o diferente. Sendo assim é possível vislumbrar um trabalho pedagógico que possa possibilitar o planejamento, a execução e a avaliação de práticas pedagógicas diversificadas e uma educação que garanta a permanência de todos na escola com apropriação do conhecimento com sua plena participação na sociedade.

Este trabalho apresenta como objetivo geral refletir sobre os caminhos, os desafios e as perspectivas para a inclusão escolar na atualidade em tempos de pandemia. E como objetivos específicos analisar a inclusão escolar no contexto das políticas públicas, identificar os desafios e estratégias do processo de inclusão, sondar os conhecimentos prévios e o suporte pedagógico dos educadores referente ao trabalho pedagógico junto à pessoa com deficiência e por fim, abordar como tem sido realizado o trabalho e os avanços diante da inclusão de estudantes com deficiência na escola regular em tempos de pandemia.

O presente estudo é de natureza qualitativa em educação. Foi realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de um questionário *on line* usando o Google Forms para a realização dos questionários as professoras da rede pública no município de Alagoinha – PB, na perspectiva de mostrar a realidade e dificuldades enfrentadas pelos docentes em relação à inclusão escolar.

No entanto, o trabalho está dividido da seguinte forma: O primeiro capítulo intitulado é a Introdução. O segundo traz os aspectos históricos, legislação, inclusão e o ensino regular e a inclusão escolar em tempos de pandemia, que conceitua brevemente e a evolução, leis e como se dá a inclusão no ambiente escolar. O terceiro capítulo traz o viés metodológico do trabalho, onde é exposta a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa. No quarto capítulo realizamos a apresentação e a discussão dos resultados. Por fim, apresentamos a conclusão deste trabalho.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As discussões sobre o conceito de inclusão vêm através dos movimentos históricos que tem suas origens nas lutas das pessoas com deficiência por acesso à educação.

A deficiência na sociedade sempre se fez presente, durante um longo período sendo vista a partir do olhar da exclusão social e, recentemente, vem sendo considerada dentro de um processo de inclusão social mais amplo.

Na Idade Média, por exemplo, os indivíduos com deficiência eram apresentados como monstros para o público, eles eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria.

No Brasil antes do século XIX, as crianças com deficiência eram vistas como inválidas para exercer algum papel. Os primeiros movimentos buscavam educar crianças com deficiência entre seus iguais, afastando-os do restante da sociedade. Nesse período, a deficiência era tida como própria do indivíduo e a ciência se empenhava em caracterizar e categorizar os distúrbios a partir de um modelo médico de deficiência, amparado na categorização, na prevenção e na busca de cura. Assim:

Os médicos foram os primeiros a estudar os casos das crianças com prejuízo mais graves e criaram instituições para crianças junto a sanatórios psiquiátricos. [...] esses interesses dos médicos pelas pessoas com deficiências teriam maior repercussão após a criação dos serviços de higiene mental e saúde pública, que em alguns estados deu a origem ao serviço de inspeção médico-escolar e a preocupação com a identificação e educação dos estados anormais de inteligência (MENDES, 2010, p. 95).

De acordo com o autor, as crianças com deficiências seriam bem atendidas em suas necessidades educacionais se ensinadas em ambientes separados, em vez de serem realizados esforços para fornecer à pessoa com deficiência condições de serem incluídas na escola regular. “No Brasil, o atendimento ao deficiente teve seu início no tempo do Império, quando o imperador D. Pedro II construiu duas instituições, o Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e o Instituto dos Surdos e Mudos, em 1857”. (MAZZOTTA, 2011, p. 29).

No período Imperial foi estabelecido o tratamento de doentes mentais, em Hospitais psiquiátricos. Os institutos tiravam e isolavam surdos e cegos do convívio social, sendo que estes não necessitavam de tal isolamento. Neste mesmo período começaram os tratamentos no Hospital psiquiátrico da Bahia, em 1874.

Porém:

A criação dessas primeiras instituições especializadas não passou de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguiam, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergente. Os que não eram assim “olho nu” estariam incorporados às tarefas sociais mais simples. “Numa sociedade rural desescolarizada” (JANNUZZI, 1985, p.28).

Instituições que atendiam cada tipo de deficiência foram criadas no Brasil em várias capitais. A integração de estudantes com deficiência passou a acontecer dentro da rede regular de ensino na década de 1960, a partir da criação das classes especiais inseridas dentro da escola regular para os excepcionais.

Na década de 1980, surge a discussão sobre o processo de inclusão escolar, ou seja, a educação deveria ser ofertada a todos os estudantes, indistintamente, preferencialmente na escola comum.

Embora de forma lenta, muitas mudanças foram se expandindo em relação à educação especial, com o surgimento da Constituição Federal de 1988, como bem acentua no seu Art. 5º “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988, Art. 5). E o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que enfatiza no seu Art. 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, Art. 4º).

Portanto, fica em evidência os direitos e deveres fundamentais assegurados para a plena participação do indivíduo seja ele com deficiência ou não. De fato, historicamente as pessoas com necessidades especiais enfrentaram obstáculos pela sociedade para ter acesso e permanência à educação, com isso, movimentos educacionais internacionais, passaram a abraçar a ideia de uma inclusão para todos como bem acentua Barbosa, Fialho e Machado:

A partir da década de 1990, o movimento educacional internacional pela inclusão, que defendia que todas as pessoas deveriam estar inseridas nos mesmos espaços e tempos escolares, passou a integrar a pauta obrigatória na escola no Brasil, enfatizando-se especialmente o tema sobre as mais eficientes formas de atendimento educacional especializado e sobre a escolarização dos

alunos da educação especial no sistema regular de ensino. (BARBOSA, FIALHO, MACHADO, 2018).

Encontramos também a Declaração de Salamanca (1994) como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva.

[...] todas as crianças possuem suas características, seus interesses, habilidades e necessidades que são únicas e, portanto, têm direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (SALAMANCA, 1994, p. 1-2).

Nesse contexto, a Declaração de Salamanca veio como uma forte aliada no que diz respeito ao direito a inclusão de pessoas com deficiências, influenciando no crescimento do pensar inclusivo. O referido documento reforça virtudes de uma educação de qualidade e considerando as particularidades e interesses únicos de cada indivíduo com necessidade especial. No Brasil então, várias leis surgiram a partir da década de 1990, que contemplaram aspectos da Declaração de Salamanca.

De fato, a Declaração de Salamanca trouxe novas perspectivas para a educação brasileira, e modificação do cenário educacional. A Declaração traz princípios para essa modificação e para a defesa de que a escola e os projetos pedagógicos se adéquem às necessidades dos indivíduos nelas matriculados. Tendo como base o artigo II da Declaração de Salamanca (1994, p. 6) “O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concretizar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país, e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas”.

Portanto, uma escola que caminha baseada nos princípios da inclusão, deve promover a convivência entre pessoas consideradas normais e as que apresentam necessidades educacionais especiais.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham crianças de população distintas ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

Dentro de uma visão geral, é importante ressaltar a conscientização das ações que considerem ou que representem cada ser humano dentro da sociedade, como do ambiente escolar, promovendo adaptações em todo contexto educacional, permitindo que o aluno com necessidade especial tenha um bom desempenho de forma satisfatória. “Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e o gozo e exercício de direitos humanos. No campo de educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 6). Para que isto aconteça vários aspectos devem ser considerados, entre eles: o respeito às diferenças, o aprender e o compartilhamento de conhecimentos acerca das diferenças entre os indivíduos com necessidades educacionais especiais.

## 2.2 LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No momento, a inclusão de alunos com deficiência nas escolas da rede regular de ensino no Brasil é assegurada pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI 2008), que define o seguinte:

[...] os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental em virtude de suas deficiências. (BRASIL, 2008, p.2).

Temos ainda a Lei conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), que trata de diversos aspectos relacionados à inclusão das pessoas com deficiência, os quais abordam o acesso à educação e que traz avanços importantes. Destacamos também que, além do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do PNE, da BNCC, existem decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis que detêm a importância do assunto, que refletem a evolução e retrocesso na discussão de inclusão. Entretanto, é notório que a realidade demonstra muitas vezes, que as instituições não estão preparadas e nem estruturadas para receber adequadamente, ainda ocorre à exclusão e professores e gestores mal preparados.

Quando tomamos o conhecimento acerca das leis e do que elas têm a oferecer para o aluno com necessidades especiais, percebemos que é lastimável a dificuldade de garantirmos a inclusão escolar, visto que vem causando em grande parte dos profissionais apreensão, o que

acaba desmotivando esses profissionais. Mesmo assim, a escola precisa estar apta na efetuação da transformação social, pois é a primeira a estabelecer normas e idéias para a inclusão.

Com a publicação da Constituição Federativa do Brasil em 1988, o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais ganhou impulso. O artigo 206, inciso I, da lei em questão, estabelece que o ensino seja ministrado com base nos seguintes princípios: “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]” (BRASIL, 1998). Por sua vez, o artigo 208, inciso III, dispõe que “o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: [...]; III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Contudo, são inúmeros os desafios da inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Sabemos que o caminho é bem longo até que se chegue de fato ao ideal que pode fazer a diferença na vida dessas crianças. A capacitação de professores também reflete outro desafio a ser superado. Os profissionais precisam passar por uma formação que aprimore a aproximação para com esses estudantes, e que possa oferecer uma educação efetivamente inclusiva. Com isso, podemos destacar a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual trouxe contribuições significativas ao debate sobre a inclusão. O artigo 59 estabelece:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: [...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a inclusão desses educandos nas classes comuns; [...] (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação de 2001 a 2010 trouxe mais contribuições para o debate sobre a inclusão, o documento apresentou perspectivas para a inclusão, as quais se destacam:

- Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.
- Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais.
- Ampliar a oferta de atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular.
- Manter e aprofundar programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de

material didático acessível e recursos de tecnologia assistida, e oferta da educação bilíngüe em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS.

-Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

-Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino (BRASIL, 2001).

A partir do exposto é possível afirmar que a lei existe garantindo direitos e precisa de fato ser implementada para promover a convivência comum entre estudantes com ou sem deficiência na rede regular de ensino. É importante destacar que, para tanto, as políticas públicas de todos os entes federativos (dos municípios, dos estados, do governo federal e do Distrito federal) devem também serem implementadas em regime de colaboração para promoverem a inclusão escolar.

Em suma, é fundamental a garantia de ações educativas, as quais ofereçam instrumentos coletivos para a superação dos obstáculos. A escola deve proporcionar meios para desenvolver práticas de cidadania e desenvolvimento de valores, superando o preconceito e a exclusão. Uma escola verdadeiramente cidadã que almeje à transformação, precisa entender e compartilhar da rica participação inclusiva, ela tem a tarefa, o papel e o desafio de incluir em seu contexto essa riqueza coletiva que é a diversidade.

No entanto, no ano de 2014, entra em vigor o novo Plano Nacional de Educação no Brasil, a Lei 13.005/2014, que traz diversos aspectos, propondo grandes metas que deverão ser realizadas até o ano de 2024. O Plano Nacional de Educação enfatizou 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias, voltadas à melhoria da educação brasileira.

O referido Plano traz metas para a diminuição da taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, estabelecendo que até 2024 metade das crianças com até três anos de idade esteja matriculada em creches públicas e crianças entre 4 ou 5 anos de idade frequentem a escola. Abaixo registramos algumas das metas do Plano Nacional de Educação, as quais destacam:

META 1- Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE;

META 2- Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco

por cento) dos alunos concluíam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE;

META 3- Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento);

META 4- Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados;

META 5- Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Assim, as metas definem os mais importantes objetivos a serem alcançadas para a transformação da escola em uma prática regular de vivências de cidadania, equidade, inclusão e socialização, sendo ela responsável pelo processo de transformação social, ou seja, é a educação que garante a existência de determinado grupo social e sua continuidade na história a partir das mudanças sociais. Portanto, a elaboração de um Plano Nacional de Educação é fundamental para garantir que o Governo Federal, Estados e Municípios possam trabalhar juntos em busca dos objetivos de avanços no processo educativo brasileiro.

Outro documento importante é Lei Brasileira de Inclusão. De maneira geral, a Lei Brasileira de Inclusão, mais conhecida como LBI, garante diversos direitos para as pessoas com deficiência. A referida lei traz uma definição para com a pessoa deficiente no artigo 2: “Aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Os principais objetivos desta lei, podem ser encontrados no artigo 1 – da lei LBI e, são: “assegurar e promover, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência” (BRASIL, 2015). A Lei Brasileira de Inclusão tem como blocos dois grandes aspectos: o primeiro, os direitos fundamentais das pessoas com deficiência e o segundo o acesso à justiça para pessoas com deficiência, e as punições aplicadas àqueles que desrespeitam a LBI. Contudo, a lei tanto oferece a garantia do atendimento às pessoas com necessidades especiais, como também punição para aqueles que se recusam ao devido atendimento com elas. Mediante essa concepção, destaco aqui o artigo 88 da Lei Brasileira de Inclusão:

- Pena de um a três anos de prisão, além de multa, para quem discriminar, prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício de direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência;
- Detenção de dois a cinco anos para quem impedir ou dificultar o ingresso de pessoa com deficiência em convênios médicos. A mesma pena se aplica a quem recusar emprego ou assistência médico-hospitalar a uma pessoa em decorrência de sua deficiência;
- Pena de dois a cinco anos para quem: I recusar, cobrar valores adicionais, suspender, cancelar ou fazer cessar inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência (BRASIL, 2015).

Recentemente, um novo Decreto foi sancionado, pelo atual governo, mas foi vetado pelo Supremo Tribunal de Justiça. Esse decreto visava turmas em escolas especializadas, que atendam apenas estudantes com deficiências, o Decreto 10.502/2020, que promove a criação de escolas especializadas para atender pessoas com deficiências que não se beneficiam da escola regular, que vem sendo defendida como um avanço que vai beneficiar a todos os estudantes.

Em função de tudo que já foi conquistado até hoje em termos de educação inclusiva, seria um retrocesso absurdo. A medida na prática tira a obrigatoriedade da escola comum em realizar a matrícula de estudantes com deficiências e permite a volta do ensino regular em escolas especializadas, o que viola a Constituição Federal de 1988 ao segregar alunos.

O público-alvo da educação especial é um público que tem que ter assistência em suas necessidades, e a escola deve buscar um ambiente para todas e todos. Afirma Mazzotta (2003):

[...] pode-se interpretar que, quando a educação de excepcionais não se enquadrar no sistema geral de educação, estará enquadrada em um sistema especial de educação. Neste caso se entenderia que as ações educativas desenvolvidas em situações especiais estariam à margem do sistema escolar ou sistema geral de educação. (MAZZOTTA, 2003, p.68).

Portanto, acima de tudo, o maior ganho para uma criança ou jovem com deficiência tem ao poder ingressar no ensino regular é a interação com os demais alunos, como também os estudantes sem deficiência irão levar para a vida lições fundamentais aprendidas no convívio com os colegas. Assim, o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada, sendo assim o espaço escolar hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos.

## 2.3 INCLUSÃO ESCOLAR E ENSINO REGULAR

A educação inclusiva se encontra em processo de avanço. É sem dúvidas uma tarefa que exige perseverança, e assim se faz necessário construir ações que levem a mudanças no ambiente escolar. Desde o âmbito educacional até a formação do profissional é importante a discussão para um trabalho em conjunto, com direção ao melhor atendimento possível. Segundo Gil (2005 p. 24), o mais importante, na prática da educação inclusiva, é que a família, os professores e a comunidade saibam que a inclusão visa: garantir que todos os alunos com ou sem deficiência participem ativamente de todas as atividades na escola e na comunidade.

Sendo assim o paradigma da inclusão vem, ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular.

Contudo, o paradigma da segregação é forte e enraizado nas escolas, e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acaba por reforçar o desejo de manter estudantes com deficiência em espaços especializados, até pela falta de qualificação especializada para atender os mesmos. “Toda crise de paradigmas é cercada de muita incerteza, de inseguranças, mas também de muita liberdade e de ousadia para buscar alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento que nos sustente e nos norteie para realizar a mudanças” (MANTOAN, 2003, p. 12). Por essa razão, é preciso mudanças nesse paradigma, que possam provocar novos avanços, como bem acentua Mantoan, 2003, p. 56:

Sabemos que as mudanças muitas vezes assustam, mas devem acontecer. Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações são muitas vezes a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem muitas resistências, se não aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

Sabemos que existem muitas críticas pelo fato de o ensino em muitas instituições não ser considerado de qualidade, muitos são os fatores que contribuem para essa triste realidade, dentre elas os mais citados, são: a falta de valorização dos profissionais do magistério, a falta de recursos para trabalhar e, em diversos casos, condições precárias das instalações. É importante destacar que a escola é uma dentre as instituições sociais mais poderosas por ter uma função transformadora no que diz respeito à mudança de paradigmas e atitudes, tais como de discriminação e de preconceito.

Vale ressaltar que a escola sozinha não é capaz de promover transformações sociais, entretanto pode garantir os primeiros passos para a inclusão escolar. Para tanto, tem o desafio de

promover o sucesso de todos os estudantes, portanto os sujeitos que almejem a transformação social, precisam entender e compartilhar a importância do respeito às diferenças, de forma a revelar as desigualdades “fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a respeito das diferenças e especificidades que possam existir” (LOPES, 2005, p.187).

Destaco também, a grande importância do papel do gestor escolar, o qual deve realizar um trabalho transparente, voltado para o interesse e para o bem comum de todos, contando com o apoio de toda equipe de profissionais, traçando planos de trabalhos, com base na elaboração do Projeto Pedagógico da escola. Nesse sentido:

É nesse ambiente que as crianças com necessidades educativas especiais podem progredir no terreno educativo e no da integração social. As escolas integradoras constituem um meio favorável à consecução da igualdade de oportunidades da completa participação; mas, para ter êxito requerem um esforço comum, não só dos professores e do pessoal restante da escola, mas também dos colegas, pais, familiares e voluntários (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p23.)

Para Cunha (2015, p.153), “em sala de aula, há inúmeras vozes que se cruzam, quando todos os alunos contribuem com seus pensamentos de forma a construir um diálogo, através do qual se pode colher assim os frutos do conteúdo abordado.” Embora tudo que envolve a inclusão precise ser repensado, para atendê-la a cada necessidade, é necessária uma reflexão, a começar pelo profissional, que não esteja ali apenas pelo seu salário, mas sim para desenvolver um trabalho diferenciado, atendendo cada um dentro da sua necessidade. Sendo assim, é de grande importância o pensar no planejamento e aplicar um olhar diferente sobre o seu trabalho, dividindo com outros profissionais da educação os seus avanços e retrocessos, Mantoan, 2003, p.44 diz:

Como se considera o professor uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor, as formações enfatizam a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do cidadão. Assim sendo, a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino.

Desse modo, a inclusão vai muito além de colocar alunos com necessidades especiais em salas de ensino regular. Ela é muito mais do que ter rampas e banheiros adaptados, pois se fazem necessários: recursos, planejamento e preparação para o atendimento do público-alvo da Educação Especial. A escola é uma comunidade onde todos devem participar, sendo reflexo da vida do lado de fora. A escola pode ser considerada inclusiva quando reconhece e respeita as

diferenças dos alunos mediante seu processo educativo, buscando participação e avanço de todos adotando novas práticas pedagógicas.

Embora vários dispositivos legais assegurem acesso e permanência de estudantes com deficiência na escola juntamente com os ditos normais, devemos considerar a existência de desafios para que possamos alcançar a inclusão plena, por mais importante que a aprendizagem inclusiva seja, é nítido os obstáculos e as barreiras para o bom desempenho que conseqüentemente dificultam o processo de inclusão. Em muitas escolas a falta de estrutura e recursos é grande. Embora nas leis esteja garantido o acesso à educação, faz-se necessário muito mais investimento e apoio governamental, pois cada aluno apresenta uma forma diferente de aprender e para que sejam garantidos seu acesso e permanência é importante a existência de uma escola totalmente adaptada e com professores qualificados.

Cada aluno tem limitações e possibilidades que são distintas. De acordo com Mantoan, (2003):

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (MANTOAN, 2003, p. 67).

Ainda segundo a autora, para uma criança com deficiência não é importante aprender o conteúdo como as outras crianças, o importante é ter autonomia, se expressando e ser reconhecido pelo seu esforço.

Para Mantoan

Tem-se um ensino de qualidade a partir de condições de trabalho pedagógico o que implica formação de redes de saberes e de relações, que se entrelaçam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento; existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos (MANTOAN, 2003, p. 34).

Com isso, a conquista de uma escola de qualidade e inclusiva só irá acontecer quando ocorrer, primeiramente a participação de todos os segmentos da sociedade em busca de um bem comum e o comprometimento de todos os profissionais da educação para a construção de uma escola democrática. Assim, a escola, o professor e família têm papel determinante na mediação cultural para que o aluno avance no processo de desenvolvimento, aprendizagem e na formação humana.

Para concluir, devemos considerar que o direito à educação inclusiva é algo que precisa ser avaliado por todos os envolvidos no processo de formação de estudantes com deficiência.

## 2.4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO PANDÊMICO

Para que a inclusão aconteça é necessário um crescimento em torno da educação escolar, compartilhando novos processos de ensino e um dos motivos para que as escolas se transformem é o pensar em caminhos possíveis para a inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular o que nos coloca em constantes inquietações. Infelizmente é notável que a escola está longe de instituir a inclusão de maneira concreta, sobre esse ponto o desafio imposto às escolas e, também, aos professores é encontrar métodos que assegurem o atendimento aos alunos com deficiência.

Acreditamos que a inclusão procura instituições com um novo olhar para os processos de ensino e de aprendizagem, fica nítido que ainda há muito a ser feito para que se possa retratar um sistema inclusivo que ofereça oportunidades para com as pessoas com necessidades. Cada aluno desenvolve suas personalidades durante sua própria trajetória de vida, trajetória essa que nunca é igual uma da outra.

As escolas inclusivas devem considerar que cada pessoa aprende de modo peculiar, de tal modo que ela precisa ser reconhecida no seu modo individual, para que se possa estabelecer estratégias e recursos apropriados de acordo com suas necessidades, no intuito de garantir sua plena participação em um ambiente plural como a sala de aula (FORTALEZA, 2011, p. 97).

No entanto, a pandemia do novo coronavírus trouxe mudanças em diversos cenários em todo o mundo, e na educação não foi diferente, escolas de muitos países passaram a adotar o ensino remoto. Com isso, alunos com deficiências ficaram ainda mais vulneráveis ao direito à educação escolar, principalmente diante da realidade brasileira.

A repentina transformação trouxe impactos mais severos, às pessoas socialmente mais vulneráveis, e pode acabar por aprofundar o contexto de desigualdade já existente. No contexto brasileiro, podemos observar disparidades no acesso à internet, na oportunidade de aquisição de habilidades digitais e na acessibilidade a equipamentos. Muitas crianças brasileiras sequer possuem um lugar adequado para estudar em suas casas e enquanto grande parte dos professores brasileiros não tem conhecimento técnico ou pedagógico para a implementação do ensino

online e não são incentivadores a fazê-lo (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020, p. 5-6).

O novo coronavírus se instala nas vias aéreas e o contato com o vírus pode ocorrer de forma direta de pessoa para pessoa. Com isso, ficar em casa o máximo que puder e evitar aglomerações é uma das mais fortes recomendações de especialistas em saúde, para o combate ao novo coronavírus. Diante desta situação, com o isolamento social e com a suspensão das aulas, instituições recorreram ao ensino remoto. Notoriamente se percebe que essa modalidade de ensino não atenderá a maioria dos alunos público-alvo da educação inclusiva.

Fica nítido o trabalho desafiador no processo de inclusão em tempos de pandemia, e como é preciso debater o tema. Para Moreira e Couto (2016), “a inclusão ocorre não somente pelo cumprimento de decretos e leis, é essencial que haja um espaço da comunidade acadêmica e sociedade de modo geral para uma inclusão que mesmo não sendo o ideal, seja ao menos satisfatória” (apud ROSA, et al., 2020, p.4).

Uma das formas adotadas pelas escolas para que os alunos que se encontram em casa continuasse aprendendo, foi à utilização de tecnologias ou a disponibilização de atividades impressas. Diferente do convívio em sala de aula do formato presencial, esta nova interação ofertada pede tanto do professor como do aluno uma atitude flexível.

Contudo, estudantes com deficiências, por sua vez, vivenciaram desafios e demandas, envolvendo a acessibilidade nas aulas à distância ou no modelo híbrido. Não se pode deixar de considerar que alunos com deficiências serão prejudicados, principalmente os que carecem de recursos, que não têm acesso à televisão ou à internet, como também, os das famílias que não possuem conhecimento e ações educacionais para auxiliar seus filhos de forma ativa e participativa, promovendo bom desempenho durante o seu processo de estudo, pois se faz necessário estar juntos, orientando e explicando. “Mesmo nesse contexto, os pais e mães estão sendo cobrados também pelas escolas para auxiliar seus filhos nas atividades e estudos que precisam desenvolver” (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020, p.16).

O fortalecimento da relação família-escola se intensifica cada vez mais nesse processo, a família tem a oportunidade de acompanhar e perceber o processo do professor para aprendizagem do seu filho, como também em acompanhar as aulas online e compreender a importância do aluno com deficiência em seu aprendizado em adquirir independência e autonomia.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia desempenha um papel essencial no desenvolvimento de qualquer projeto, visto que quase todos os resultados dependem da metodologia utilizada.

O presente trabalho tem como objetivo de estudo refletir sobre os caminhos, os desafios e perspectivas para a inclusão escolar na atualidade. Sendo uma pesquisa qualitativa em educação que aborda o seguinte tema: a inclusão escolar na pandemia da Covid – 19.

Inicialmente é uma pesquisa de campo de natureza qualitativa e o trabalho de caráter exploratório, como bem acentua Severino (2007, p.123), exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto delimitando assim, um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto.

Para este estudo realizamos uma pesquisa de campo que segundo Gonçalves: [...] é o tipo de pesquisa que pretende buscar informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. (GONÇALVES, 2001, p.67).

Realizaremos uma pesquisa bibliográfica para o estudo de livros e artigos que versam sobre a inclusão escolar.

Os dados foram coletados por meio de formulário no Google Forms. Os formulários são de grande importância para a sistematização de informações constantes e variáveis. Tais instrumentos de coleta de dados são importantes para a construção de novos conhecimentos e para o posicionamento de críticas e tendo em vista a formulação de opiniões a respeito de algum fato diante da contribuição da pesquisa.

Os formulários foram aplicados a quatro professoras de classes comuns da educação básica do município de Alagoinha, no final do ano de 2021. Todas as professoras assinaram o termo de compromisso livre e esclarecido e a direção da escola também autorizou a realização desta pesquisa.

Portanto, apresentaremos os resultados da pesquisa e a discussão destes resultados.

Tomando por base os dados fornecidos pelos docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Barbosa de Lucena, em Alagoinha, após a aplicação dos quatro formulários e coleta dos dados, foi possível chegar aos resultados descritos a seguir. Neste trabalho, as professoras foram identificadas como P1, P2, P3 e P4.

O formulário foi composto pelo registro de identificação das entrevistadas e questões que envolviam a temática em estudo, perfazendo um total de 08 questões.

Além dos dados de identificação das pessoas entrevistadas, as referidas questões versavam sobre os seguintes aspectos: desafios encontrados para o acompanhamento dos estudantes com deficiência, dificuldades que o aluno com deficiência encontra para aprender e conviver na escola, além disso, também perguntamos sobre projetos voltados tanto para o docente, como para o discente. Por seguinte, indagamos sobre a participação da família e sobre a mais nova modalidade de ensino, o híbrido. Por último como seria uma escola inclusiva, trazendo os desafios e contribuições para a sua execução.

Inicialmente o formulário solicita informações sobre a identificação, a formação de cada professora, sobre o seu tempo de experiência profissional e nível de atuação profissional. A P1, tem licenciatura em filosofia, à 19 anos na docência, com nível de atuação no 1º ano do ensino fundamental. A P2, possui a graduação em Pedagogia, com atuação à 15 anos e nível profissional no 3º ano do ensino fundamental. A P3, tem o magistério, a mesma graduanda do curso de Pedagogia, com atuação à 11 anos e leciona o Infantil V por fim, a P4, graduada em História, com atuação à 30 anos, a mesma leciona 3º ano do ensino fundamental.

Em relação à formação dos sujeitos alvo desta pesquisa, nota-se que 3 das professoras possuem graduação completa e 1 delas cursando a graduação e magistério concluído. Todas não possuem pós – graduação. Em se tratando do tempo de atuação em sala de aula, este está dentro da faixa etária de 11 a 30 anos, sobretudo na escola campo da pesquisa, a atuação das profissionais corresponde de 4 a 12 anos. Quanto ao número de estudantes por turma, 2 das professoras lecionam turmas do 3º ano do ensino fundamental, com média de 23 alunos por sala, uma das professoras leciona o 1º ano com média de 25 anos e por fim a professora do infantil V, que corresponde a 17 alunos.

Os dados mostraram que as entrevistadas não possuem nenhuma formação voltada para a inclusão escolar, apesar do tempo de atuação em sala de aula.

#### **4 RESULTADOS E DISCURSÕES**

Tomando por base os dados fornecidos pelas professoras da Escola Municipal de Alagoinha – PB, foi possível chegar aos resultados exposto a seguir. Sendo descritos desafios enfrentando pelos profissionais e alunos no ensino regular, como tem sido planejado o ensino com a nova modalidade dos usos das tecnologias para com as crianças e jovens com necessidade especiais e se existem projetos voltados para atender as demandas existentes no ambiente escolar.

#### 4.1 Desafios enfrentados por professores do ensino regular

Em se tratando dos desafios encontrados para se fazer uma escola inclusiva, das três uma das professoras consultadas afirmou que maior desafio é a falta de professores de apoio especializado, e uma das professoras destacou a falta de materiais específicos, como também rampas, corrimão, piso tátil entre muitos outros no ambiente escolar, conforme o quadro 1. Com isso, podemos afirmar que estas profissionais encontram impasses a respeito dos desafios encontrados.

Quadro 1: **Desafios enfrentados por professores do ensino regular**

<b>Professora</b>	<b>Resposta</b>
P1	“Apoio governamental que nem sempre acontece, adaptação da infraestrutura escolar e capacitação de docentes e demais colaboradores escolares”.
P2	“A falta de formação, o despreparo, a falta de recursos, deslocando o problema para o aluno”.
P3	“Os desafios encontrados são muitos a falta de professores de apoio e especializados é destaque entre os desafios. Infelizmente a idéia de educação inclusiva fica, muitas vezes, presa a uma teoria muito idealizada e sua prática comprometedora”.
P4	“Os desafios encontrados são a falta de materiais específicos para as aulas e falta de acesso para as crianças com tais necessidades, como por exemplo: rampas, corrimão, piso tátil entre muitos outros, como também lidar com a diversidade”.

Fonte: Formulário de Pesquisa da Autora

Ou seja, nota-se que as professoras apresentam desafios, visto que há diversos parâmetros que não estão sendo aplicados na prática. É perceptível a necessidade de levar a discussão e o

debate a respeito da inclusão e vale ressaltar que a garantia na prática não é tarefa fácil, mas que para isto se faz necessário buscar formação e apoio e ainda é fundamental promover uma comunicação efetiva entre escola, estudantes, pais e professores.

Um dos desafios enfrentados pelas escolas é lidar com a diversidade. Sendo assim, cada educador precisa assumir que a diferença faz parte do mundo, onde esse misto proporciona diferentes construções de conhecimento. Para um processo de inclusão com eficiência, no entanto se faz necessário mudanças na execução escolar, assegurando ao aluno com deficiência o direito a educação de qualidade.

Rosseto (2005) diz que:

[...] a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais (ROSSETO, 2005, p. 42).

As respostas das entrevistadas mostram que ainda está difícil a superação dos desafios em suas salas de aula. O prazo ainda é longo para que se efetive, considerando o que apresenta Rosseto.

#### **4.2 Dificuldades que o aluno de inclusão encontra durante sua formação no ensino regular.**

As dificuldades tanto são para o aluno com deficiência, como para os professores que lidam com a mudança, visto que eles não se consideram aptos para lidar com as exigências. Ainda sobre os desafios enfrentados, todas as professoras participantes da pesquisa reconhecem o desafio da docência inclusiva na sala regular de ensino, justificando insegurança e falta de fortalecimento da formação docente, para assim promover a inclusão, tal qual afirmou P4, de acordo com o quadro 2.

Quadro 2: Dificuldades que o aluno de inclusão encontra durante sua formação no ensino regular

<b>Professora</b>	<b>Resposta</b>
P1	“A falta de uma pedagogia centrada na criança, para satisfazer suas necessidades”.
P2	“Para se fazer a inclusão de verdade e garantir aprendizagem de todos os alunos na escola regular, é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre os alunos, docentes, gestores escolares e família. Educação inclusiva, portanto, significa educar todos em um mesmo contexto escolar”.
P3	“É preciso de professores capacitados junto à sala de aula regular para que possamos fazer um trabalho diferenciado, atendendo as necessidades dos alunos que necessitam de um apoio maior”.
P4	“Há muitos professores inseguros para executar esse trabalho tão importante nas escolas”.

Fonte: Formulário de Pesquisa da Autora

Algumas das professoras entrevistadas, P2 e P3, defendem a importância da criação de uma rede de apoio de professores capacitados junto à sala regular, o que pelo visto os estudantes com deficiência não recebem.

De fato, verifica-se a necessidade de uma mudança de atitude, um comprometimento pessoal de cada indivíduo participante deste contexto para contribuição efetiva na implantação de um modelo inclusivo de ensino. Os professores devem ser estimulados a um crescimento, que façam refletir as propostas de mudanças. De acordo com Bueno (1999), “dentro das atuais condições, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientações e assistências” (BUENO, 1999, p. 18).

Frente há vários argumentos, consideramos que tanto professor das classes comuns quanto os do atendimento educacional especializado têm uma importância marcante na vida escolar de crianças com ou sem deficiências, pois devem ser conhecedores das realidades das escolas, avaliando possibilidades de transformá-las para atender a proposta da educação para todos.

### **4.3 As atividades e rotina na sala de aula**

Quanto às atividades desenvolvidas dentro da sala de aula, as professoras deixam em evidência que são realizadas através de planejamentos, com utilização da tecnologia, letras e números por meio de jogos.

Entendemos que é essencial pensar nas atividades que sejam fundamentais para o desenvolvimento da criança com deficiência, que venham suprir as necessidades de todos. Sendo assim, atividades que sejam proporcionadas para com a pessoa deficiente, portanto, a ludicidade nesse processo de aprendizagem vem como auxílio relevante para o processo de ensino. Segundo Santos, 2010, “[...] ao trabalhar com jogos e brincadeiras o educador não está apenas ensinando conteúdos conceituais, está também educando as pessoas integralmente, tornando-as mais humanas através do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral” (SANTOS, 2010, p. 22).

Portanto, partindo dessa concepção, o brincar envolve diversos aspectos que estimulam a criatividade, motivação, motricidade, socialização, confiança entre muitos outros, no aperfeiçoamento do trabalho com atividades com crianças portadoras de deficiência. Por fim, não ficam evidentes nas respostas apresentadas pelas participantes da entrevista, quais atividades são desenvolvidas e como são o lidar com elas, como também não fica visível de que forma são realizadas, conforme o quadro 3.

Quadro 3: Atividades e rotina na sala de aula

<b>Professora</b>	<b>Resposta</b>
P1	“São atividades diferenciadas, pensadas e elaboradas pelo próprio professor”.
P2	“Na minha sala de aula eu planejo aulas divertidas, utilizo a tecnologia e atividades extras. Sou muito flexível e adaptável, gosto muito de dar carinho e respeito ao aluno”.
P3	“São desenvolvidas através de planejamento”.
P4	“As atividades são adaptadas para o aluno com necessidades especiais e também são feitas brincadeiras com letras e números, músicas e jogos, todos com o intuito de ministrar uma aula inclusiva”.

Fonte: Formulário de Pesquisa da Autora

#### **4.4 Existência de projetos para a escola voltada para a educação inclusiva**

Quanto à abordagem de projetos de inclusão voltados à escola, todas as professoras consultadas afirmaram que não é desenvolvido nenhum projeto para o ensino na classe comum, afirmam que no ambiente escolar os alunos estão vinculados à sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Conforme as professoras: P1 e P3 (ver quadro 4):

Quadro 4: Sobre a existência de projetos para sua escola voltadas para a educação inclusiva

<b>Professora</b>	<b>Resposta</b>
P1	“Dentro da sala regular não. Temos a sala do AEE, que é um atendimento em horário oposto da sala regular”.
P2	“Para professores regulares não existe projeto para formação. É sempre por uma questão pessoal”.
P3	“Não, apenas participam da sala do AEE, onde são desenvolvidos os projetos”.
P4	“Não, a sala do AEE”.

Fonte: Formulário de Pesquisa da Autora

Dessa forma, a proposta de projetos para a educação inclusiva no ensino regular não engloba situação de interação em relação ao processo de educação, ou seja, se baseia em padrões, sendo a instituição a responsável por promover um bom aprendizado. Afinal, um projeto, segundo Machado (1997) “é como esboço, desenho, guia de imaginação ou semente de ação, um projeto significa sempre uma antecipação, uma referência ao futuro” (MACHADO, 1997, p. 63).

Nesse sentido, a função dos projetos tem a possibilidade de gerar oportunidades para o professor lidar com diferentes métodos, apropriando-a sua realidade em sala de aula e da sua turma. Ressaltamos que os projetos devem ser construídos junto com os alunos para que possam verdadeiramente ser capazes de atender a realidade da escola. Os projetos podem ser uma solução eficaz na busca por novas metodologias.

#### **4.5 Importância de projetos voltados à formação continuada do docente**

Quadro 5: Sobre a existência de projetos para sua escola voltadas para a formação continuada do docente

<b>Professora</b>	<b>Resposta</b>
P1	“Infelizmente não”.

P2	“Para professores regulares não existe projeto para a formação continuada”.
P3	“Não”.
P4	“Não”.

Fonte: Formulário de Pesquisa da Autora

Na escola pesquisada há ausência de projetos, mas destacamos a importância de um projeto para formação continuada dos professores. Todas as respostas das professoras entrevistadas confirmam que na instituição não existe projeto para a formação do professor no ensino regular e que a busca é algo pessoal.

A função da escola diante da inclusão precisa ser repensada e reformulada, pois esta instituição precisa ser capaz de buscar alternativas para facilitar o aprendizado dos seus estudantes. Quando a escola fixa instrumentos para a inclusão, os professores passam a compreender o seu papel e tomam para si a responsabilidade de promover a inclusão do aluno com necessidades especiais. Isto é importante porque “As escolas devem acompanhar de perto o desenvolvimento de cada uma das crianças e adolescentes com deficiências” (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020, p. 18).

Há escolas que salientam a valorização da diversidade e buscam abordar um modelo educativo com projetos inclusivos tornando diferente a escola tradicional em relação as dificuldades apresentadas, neste caso [...] os currículos passam por adaptações, e as atividades e os programas são facilitados para que as aprendizagens sejam reforçadas, ou mesmo aceleradas, em caso de defasagem idade/série escolar” (MANTOAN, 2003, p.44).

De fato, um trabalho voltado para um projeto inclusivo pode ser uma solução eficaz na busca por novas metodologias. Em outras palavras, esta inserção é um processo contínuo que envolve toda comunidade escolar, e que para se efetivar é necessária uma série de mudanças, entre elas, projetos bem estabelecidos que se desenvolvam alunos éticos, justos, autônomos e críticos, formação continuada, afinal o professor deve centrar-se em saber como aplicar sua prática docente em sala de aula. No mais, é cada vez mais evidente a necessidade e urgência de uma explanação maior referente à educação inclusiva, assim como as questões do ambiente de convívio com as diferenças.

#### 4.6 Práticas educacionais diante da pandemia de Covid – 19

Diante do atual contexto de pandemia, gerado pela Covid – 19 houve uma necessidade de mudanças nos modos de vida da sociedade, sobretudo em virtude do isolamento social. Isto é, o processo de aprendizado, as novas formas de repensar conhecimento foram estratégias meditadas pelas escolas. O ensino até então presencial, transportou-se para o ambiente virtual, e como medida de prevenção houve [...] “a migração para o mundo da internet de muitas práticas relacionadas do nosso dia a dia. Várias atividades de trabalho foram transferidas para o ambiente domiciliar (home office), e as crianças e adolescentes passaram a estudar online” (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020, p. 5).

Baseado em tal pressuposto, quando as professoras questionadas a respeito da relação das aulas para o aluno com deficiência e como está sendo a nova modalidade de ensino, uma das professoras confirma que não conseguiu ter acesso com uma das suas alunas. Conforme relata a P1 (ver quadro 6):

Quadro 6: Práticas educacionais diante da pandemia de Covid – 19

<b>Professora</b>	<b>Resposta</b>
P1	“Infelizmente não tive como acompanhar uma aluna, pelo fato da família não ter acesso a internet”
P2	“Não está sendo fácil, mas o professor está contando muito com a ajuda dos pais, principalmente assistir as aulas através de vídeo aulas”.
P3	“Foi bem difícil os alunos de inclusão sempre precisam de uma atenção maior e por muitas vezes, através de uma tela não conseguimos alcançar o tão esperado aprendizado”.
P4	“Nas aulas online, não havia para os alunos que precisam de atenção especial, e nas aulas híbridas, o aluno retornou com bastante dificuldade”.

Fonte: Formulário de Pesquisa da Autora

A P4 afirmou que não houve aulas online para crianças com necessidades especiais, e que a nova modalidade do ensino híbrido está sendo difícil.

A postura das professoras de assumir e afirmar que há e que não há um trabalho e preparo para essa nova modalidade, traz contradições o que requer que sejam vistas com atenção. Existe,

uma urgência na emenda do atual modelo de educação mediada por tecnologias que certificam a aprendizagem relevante dos estudantes. Contudo, a falta de acesso também é um fator que deve ser levado em consideração. “No contexto brasileiro, podemos observar disparidades no acesso à internet, na oportunidade de aquisição de habilidades digitais e na acessibilidade a equipamentos” (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2020, p. 5).

O ensino remoto tem deixado marcas, tanto para o bem, como para as dificuldades enfrentadas que são inúmeras. Sabemos que a preparação de toda a comunidade escolar para a inclusão da tecnologia não se faz do dia para noite, investir na formação do professor é uma boa opção para iniciar uma efetiva transformação. Tendo em vista o papel da escola frente a essa problemática, onde ela deve estar preparada para atender as necessidades dos alunos, é indispensável fazer uma reflexão acerca do modelo escolar existente onde os professores não possuem a capacidade de lidar com a nova modalidade de ensino remoto.

Por outro lado, temos pais preocupados, alguns atarefados, outros perdendo seus empregos e ainda os que não pararam de trabalhar e estão buscando alternativas para questão educacional de seus filhos. Há aqueles pais que tem o posicionamento contrário, que acabam gerando frustrações neles e nas crianças. “A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida à escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos” (REIS, 2007, p. 6).

Portanto, uma boa relação entre família e a escola deve estar presente em qualquer trabalho educativo que tenha como principal alvo, o aluno. O papel da escola é importante na construção dessa parceira. A escola deve considerar a necessidade das famílias, levando-as a vivenciar situações que lhe possibilitem se sentirem participantes ativos no que diz respeito à educação dos seus filhos.

#### **4.7 Como seria uma escola inclusiva, como torná-la um ambiente inclusivo**

O questionamento a respeito de como seria e como tornar o ambiente escolar um espaço inclusivo, apontou os seguintes resultados, conforme quadro 7:

Quadro 7: Como seria uma escola inclusiva, como torná-la um ambiente inclusivo

<b>Professora</b>	<b>Resposta</b>
P1	“A inclusão de pessoas com deficiência não acontecerá simplesmente por que está amparada por leis ou decretos. Manter um aluno deficiente (seja qual for a deficiência) na mesma classe com alunos

	que não possuem deficiências não lhe garante a inclusão, pois ela não se dar pelo fato de o aluno está presente fisicamente em sala regular e sim pelo engajamento e capacidade da escola trabalhar com as diferenças individuais de seus alunos”.
P2	“Uma escola inclusiva para mim é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um dos alunos, reconhece e respeita a diversidade e responde a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Para tornar o meu ambiente escolar mais inclusivo, preciso conhecer o aluno integralmente, utilizar recursos multifuncionais e investir na minha qualificação profissional. Reservar uma área escolar, como cantinho para o aluno, onde ele possa ter mais liberdade”.
P3	“Para se ter uma escola inclusiva de qualidade é preciso de professor capacitados para atender cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Procuo incentivar o aluno de inclusão, sempre pedindo seu apoio nas horas de necessidades, essa interação é muito benéfica para ambas, de forma que possa haver um crescimento acadêmico nos alunos especiais e um desenvolvimento social nos outros alunos, atividades em grupo e em duplas podem desenvolver esse ambiente propício de aprendizagem”.
P4	“Escola inclusiva é aquela que inclui a educação para todos os alunos sem se importar com sua capacidade, reconhecer e respeitar a diversidade de cada aluno. E ser respondido de forma mais simples possível, para que o aluno venha compreender o que foi dito. Poderia adaptar as matérias didáticos, promover um espaço de acolhimento, trabalhar a conscientização contra as atitudes e discussão preconceituosas”.

Fonte: Formulário de Pesquisa da Autora

Tomando por base o depoimento das professoras uma escola inclusiva, é uma escola regular que acolhe a todos os tipos de alunos, independente das deficiências, que favorece e respeitam os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos. Porém, ainda não podemos dizer que temos uma escola totalmente inclusiva.

Para Mantoan:

Um das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar. E, por incrível que pareça, essa neutralização vem do próprio sistema educacional que se propõe a se modificar, que está investindo na inovação, nas reformas do ensino para melhorar a sua qualidade. Se o momento é o de enfrentar as mudanças provocadas pela inclusão escolar, logo distorcemos o sentido dessa inovação, até mesmo no discurso pedagógico, reduzindo-a a um grupo de alunos (no caso as pessoas com deficiência), e continuamos a excluir tantos outros e mesmo a restringir a inserção daqueles com deficiências entre os que conseguem “acompanhar” as suas turmas escolares. (MANTOAN, 2003, p.26).

Nossas escolas precisam ser mudadas, mas provocar mudanças não é tarefa fácil, faz-se necessário contribuir com alternativas pedagógicas que tragam oportunidades para todos. Estamos iniciando uma crise de paradigmas que geram medos, inseguranças, incertezas e insatisfações, mas objetiva-se que este seja o momento de buscar alternativas que direcionem para a realizamos as mudanças que o momento propõe.

Refletir sobre a educação inclusiva é mais que uma questão jurídica, indispensável à introdução entre teoria e prática na ação docente, a fim de garantir de fato a permanência das pessoas com deficiência. É importante destacar que o compromisso político é necessário, tanto a nível nacional como local para obtenção de recurso. Além disso, a comunidade escolar deve efetuar o papel-chave de desenvolver escolas inclusivas.

Vale ressaltar que a acessibilidade traz possibilidades para que as pessoas com deficiências possam entrar e permanecer na escola com autonomia e segurança. Uma das primeiras iniciativas de acessibilidade na escola é a adaptação do espaço físico da instituição para atender os alunos com deficiência, banheiros amplos e com barras de segurança, rampas, piso tátil e corrimão são detalhes estruturais que devem ser planejados para que o espaço tenha caminhos que levem a todos os ambientes no espaço escolar.

Por certo, não há fórmulas prontas para levar ao cotidiano das escolas recursos e inovações para a inclusão no ensino regular, porém se faz necessário grandes modificações diante dos desafios, dos projetos de ação e da nova modalidade tecnológica, a fim de aperfeiçoar o fortalecimento a diversidade e participação dos alunos com deficiência. Propostas essas que rompem com as indiferenças e buscam a necessidade de um processo de ensino e aprendizagem riquíssimo. Assim, quanto mais preparados e adaptados para recebermos as crianças com necessidades especiais, mais contribuiremos para a construção de um mundo melhor.

## 5 CONCLUSÃO

A inclusão escolar tem o seu papel fundamental ao longo de um percurso histórico de lutas e reivindicações para com as pessoas com deficiências, em prol da visibilidade e ações para um sistema educacional que considere a cidadania de todos.

Dessa forma, propostas inclusivas vêm contribuindo para o avanço e reflexão na garantia da pessoa com deficiência no caminho para a promoção da igualdade e das transformações de garantir ações que levem ao respeito, visando à eliminação de preconceitos e discriminação enraizadas na sociedade.

Os aspectos legislativos garantem verdadeiras transformações no âmbito educacional, embora não sejam executadas as práticas no cotidiano, elas reforçam o principal caminho para tornar as instituições de ensino regulares reflexivas e práticas pedagógicas inclusivas.

Foram apresentados nesta monografia além das legislações, a importância da interação que trata a inclusão dentro do ensino regular, referida por lei e clara quanto ao seu propósito de incluir em todos os ensinamentos regulares público ou privado, tendo sua participação e garantia possível, onde exista respeito pelas diferenças. Entretanto, percebe-se que o cumprimento da inclusão escolar ainda não é totalmente consolidado.

Porém, na presente pesquisa com base no estudo realizado em uma escola municipal da cidade de Alagoinha – PB, notou-se que em relação a inclusão escolar, não é uma realizada concreta no cotidiano do ensino regular, tendo em vista que o maior desafio acerca da educação inclusiva é o despreparo dos profissionais da rede de ensino regular para trabalhar com alunos com necessidades especiais. Foi constatado também que a escola não proporciona projetos na sua proposta pedagógica, tendo apenas a sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado), fornecido no horário oposto da criança com necessidades especiais.

Algumas alegações usadas para o não desempenho das propostas neste trabalho: a falta de recursos, a falta de capacitação de professores e a falta de auxiliares capacitados junto à sala regular. Todavia, a pandemia do novo coronavírus, trouxe ainda mais desafios com a nova adaptação de ensino, tanto para os docentes, como para aqueles que carecem de recursos.

Sendo assim, estes são os obstáculos encontrados no contexto escolar que afetam negativamente para uma educação inclusiva. Acreditando que a luta é constante para alcançarmos o total objetivo. Para tanto, é necessário que seja abordado com mais frequência por parte dos

gestores e professores o exercício de responsabilidade de desenvolver práticas no intuito de promover conteúdos referentes a este tema, buscando conhecimento a respeito deles.

A escola é grande parceira na formação dos indivíduos, sendo tarefa dela rever espaços e materiais didáticos para o propício acolhimento de crianças com necessidades especiais. Desse modo, gerar um contexto escolar inclusivo trará positivamente mudanças na diversidade e nas dificuldades de cada indivíduo.

Sobretudo, é importante salientar o quão se faz considerável o pensar na inclusão escolar, criação de uma rede de aprendizagem colaborativa, com efeitos positivos que envolvam educadores, famílias e comunidades na participação ativa nas atividades educacionais. Propondo igualdades, direito à educação igualitária, valorizando as diferenças. É importante ter o entendimento que a educação inclusiva estabelece atenção de bem-estar entre os alunos, proporcionando aos alunos ditos normais o aprendizado em conviver com a diferença.

Por fim, para a implementação de ações positivas, a escola é o melhor local para se fazer a aprendizagem acontecer, tendo em vista a transformação dos indivíduos e da sociedade. No entanto, há muitos desafios que precisam ser superados para que a educação inclusiva aconteça dentro do ensino regular e que seja de qualidade. Para tanto é necessário conhecer, prover condições, afinal a educação é um ato que nos torna agentes das possíveis mudanças, é preciso investir e acreditar em uma educação que se faça inclusiva, pois a construção de uma nova cidadania só será possível através de uma educação significativa e de valores.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, D. S; FIALHO, L. M; MACHADO, C. J. S. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. **Actualidades Investigativas en Educación**, vol. 18, núm. 2, pp. 1-20, 2018. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/447/44758022024/html/>. Acesso em 19 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa, 1988. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em 22 jul. 2021.

BRASIL, **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei 13.146, de Julho de 2015. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em 25 jun. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 22 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/ SEE SP, Junho de 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014**. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 11 ago. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2001. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+-+PNE+subs%C3%ADdios+para+a+elabora%C3%A7%C3%A3o+dos+planos+estaduais+e+municipais+de+educa%C3%A7%C3%A3o/276d3397-1928-400e-8524-9a4e0fd1453d?version=1.2>. Acesso em 24 jun. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Brasília: Decreto nº 10.502, de 30 de Setembro de 2020. Disponível em <https://in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em 04 set. 2021.

BRASIL, **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Brasília DF. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 19 fev. 2022.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescentes**. Lei 8.069/90. São Paulo, 1990. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.069%2C](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.069%2C)

[%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,Adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,%C3%A0%20crian%C3%A7a%20e%20a%20o%20adolescente.&text=Nos%20casos%20expressos%20em%20lei,e%20um%20anos%20de%20idade>](#) Acesso em 19 fev. 2022.

BUENO, José G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**. n° 5 set 1999, p. 7-23.

CUNHA, M.S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe: 2015.

GIL, M. (Coord.) **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

GONÇALVES, M. R. **Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. .

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, preconceito e discriminação. In: **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 185-204.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**São Paulo: Moderna, 2003.

MACHADO, N. J. **Educação: projetos e valores**. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. Diversidade e inclusão. **Aula do Curso II do PDE**. Londrina: UEL, 27-28 set. 2007.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educacion y Pedagogia**, Medellín, v.22, 57, may/ago. 2010, p. 93-109.

MENDES, Instituto Rodrigo. **PROTOCOLLOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA DURANTE A PANDEMIA DA COVID 19: Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais**, 2020. Disponível em: <https://fundacaogrupovw.org.br/wp-content/uploads/2020/07/protocolos-educacao-inclusiva-durante-pandemia.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2022.

NALME, A. M; BIANCHI, A. M; ENRICONE, D; CURY, H.N; PAVIANI, J; MENDES, J. M. R; SILVA, L. A. A. B; OLIVEIRA, M. G; OLIVEIRA, M. **Educação Especial: em direção à educação inclusiva** – 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

REIS, Risoline Pereira. In. **Mundo Jovem**, n: 373. Fev. 2007, p.6

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, .T. B. Pereira. **Educação especial** – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF EDITORA, 2005. P. 41-55.

SANTOS, Santa Marli P. **O BRINCAR NA ESCOLA: Ludico-vivencial, coletânea de jogos, brinquedos e dinâmicas**. Rio de Janeiro, Vozes, 2010.

SASSAKI,R.K. Integração e Inclusão: do que estamos falando? **Temas sobre Desenvolvimento**, V. 7, n. 39, 1998.

Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental do Sistema Público Municipal de Ensino de Fortaleza**: orientações sobre a sistemática de avaliação da aprendizagem, 2011. Disponível em: <http://www.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php/20-noticias/banner.rotator/324-banner-05>. Acesso em: 30 set. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed. Ver. e atual. São Paulo: Cortez. 2007.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de Junho de 1994. Genebra, UNESCO, 1994

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO DO GESTOR

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, Gestora da escola, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada "Caminhos, desafios e perspectivas para a inclusão escolar em Tempos de Pandemia". Sob responsabilidade da pesquisadora Luana de Souza Lima Neri, na Escola Municipal José Barbosa de Lucena. Para isto, serão disponibilizados ao pesquisador uma entrevista com o docente por meio de um formulário online.

Alagoinha- PB, 06 de dezembro de 2021

---

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o(a) aluno(a) de graduação Luana de Souza Lima Neri, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, que pode ser contatado pelo e-mail luana.neri@aluno.uepb.edu.br e pelos telefones (83) 986924636 ou (83) 988580551. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com alunos, professores, pais, coordenadores e/ou gestores visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso (TCC). Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita ou realizada por meio de formulário/questionário virtual para ser preenchido por mim. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista ou do formulário/questionário da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

---

Assinatura

Alagoinha - PB, 06 de dezembro de 2021.

## APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

## Caminhos, desafios e perspectivas para a inclusão escolar em tempos de pandemia

1. Escola Campo, nome, idade, qual a área de formação? E desde quando atua como docente e qual seu nível de atuação?

---

---

---

---

2. Para o professor quais são os desafios encontrados para se fazer uma escola inclusiva?

---

---

---

---

3. Quais são as dificuldades que o aluno de inclusão encontra durante sua formação no ensino regular?

---

---

---

---

4. Como são desenvolvidas as atividades e rotina na sala de aula?

---

---

---

---

5. Existe algum projeto pra sua escola voltada para a educação inclusiva?

---

---

---

---

6. Existe projeto para a formação continuada dos professores nesta escola? Se sim, como é?

---

---

---

---

7. A pandemia de Covid-19 fez com que professores de todo o país trocassem os quadros e as carteiras escolares pelas telas e pelos aplicativos digitais. Portanto, como foi a relação das aulas para o aluno de inclusão e como está sendo na nova modalidade do ensino híbrido?

---

---

---

---

8. Disserte como seria para você uma escola inclusiva? E o que você pode fazer para tornar o seu ambiente escolar mais inclusivo?

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

